

ÍNDICE

SOBRE O COORDENADOR	V
RELAÇÃO DOS ACADÊMICOS DA ABDCRIM	IX
APRESENTAÇÃO	XXI
EFEITO DEVOLUTIVO DO RECURSO ESPECIAL. TIPICIDADE E POSSIBILIDADE JURÍDICA NO PROCESSO PENAL. RETORNO DOS AUTOS AO TRF PARA JULGAMENTO DAS DEMAIS QUESTÕES – ADA PELLEGRINI GRINOVER	1
A CONSULTA	1
QUESITOS	2
PARECER	3
A) EFEITO DEVOLUTIVO E RECURSO ESPECIAL	3
I. Delimitação (genérica) do efeito devolutivo	3
II. Recurso especial: escopos e pressupostos de admissibilidade (em particular o tema do denominado pré-questionamento)	4
III. Efeito devolutivo do recurso especial, julgamento da causa e aplicação do direito à espécie	8
IV. Tipicidade e possibilidade jurídica no processo penal	11
V. Divergência no julgamento da apelação	15
RESPOSTA AOS QUESITOS	17
NOTAS SOBRE A MÍDIA NOS CRIMES DE COLARINHO BRANCO E O JUDICIÁRIO: OS NOVOS PADRÕES – ALBERTO ZACHARIAS TORON	19
I. Introdução	19
II. A mídia em ação	23
III. O despertar do ‘são sentimento’ do povo brasileiro	26
IV. Liberdade de imprensa X Construção da realidade e julgamento “by media”	28
V. Poderes da República combalidos, opinião pública e mídia	30
1. O Legislativo	30
2. O Executivo	31
3. O Judiciário	32
VI. Conclusões e propostas	34
BIBLIOGRAFIA	36

TEORIA DO DIREITO PENAL E ENSINO JURÍDICO – ANTONIO LUIS CHAVES CAMARGO	39
I. A HOMENAGEM	39
II. A CRISE DO DIREITO PENAL	40
III. MÉTODO DE ENSINO DO DIREITO PENAL	43
IV. METODOLOGIA DE ENSINO JURÍDICO-PENAL	44
V. PROPOSTA FINAL	47
OS CÁRCERES MEXICANOS: UMA VISÃO PANORÂMICA – CÉSAR BARROS LEAL	49
LESÃO CORPORAL: UMA ANÁLISE À LUZ DA REFORMA PENAL DE 1984 – CEZAR ROBERTO BITENCOURT	55
1. Considerações preliminares	55
2. Bem jurídico tutelado	56
3. Sujeitos ativo e passivo	57
4. Autolesão: impunível	57
5. Tipo objetivo: adequação típica	58
6. Lesão corporal leve e princípio da insignificância	60
7. Tipo subjetivo: adequação típica	61
8. Consumação e tentativa	62
9. Classificação doutrinária	63
10. Lesão corporal leve ou simples	64
11. Lesão corporal preterdolosa: previsão legal	64
12. Lesão corporal grave	67
12.1. Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de 30 dias	67
12.1.1. Exame complementar: validade	68
12.2. Perigo de vida	69
12.3. Debilidade permanente de membro, sentido ou função	70
12.4. Aceleração de parto	70
13. Lesão corporal gravíssima	71
13.1. Incapacidade permanente para o trabalho	71
13.2. Enfermidade incurável	72
13.3. Perda ou inutilização de membro, sentido ou função	74
13.4. Deformidade permanente	74
13.5. Aborto	75
14. Lesão corporal seguida de morte	76
15. Lesões majoradas	77
16. Figuras privilegiadas	77
16.1. Lesões corporais privilegiadas: obrigatoriedade da redução de pena ..	80
17. Lesão corporal culposa	81
18. Isenção de pena ou perdão judicial	82
19. Pena e ação penal	82



A SITUAÇÃO DO BRASIL QUANTO À LAVAGEM DE DINHEIRO SUJO – CID FLAQUER SCARTEZZINI	83
Integração	96
HOMICÍDIO QUALIFICADO POR MOTIVO TORPE E CONCURSO DE PESSOAS – DAMÁSIO E. DE JESUS	105
A FAUNA E SUA PROTEÇÃO PENAL – EDUARDO REALE FERRARI	113
I. Introdução	113
II. Evolução Legislativa	114
III. Conceito e generalidades	115
IV. Classificação da fauna	116
V. Natureza jurídica da fauna	117
VI. A fauna como bem ambiental	118
VII. Finalidades da fauna	118
VIII. A caça e sua classificação	122
IX. Os tipos penais na lei de proteção à fauna	123
X. Os tipos penais na lei de pesca	124
XI. Os tipos penais da fauna na nova lei ambiental (Lei n. 9.605/98)	125
BIBLIOGRAFIA	128
SOBRESTAMENTO CONSENSUAL DO PROCESSO À LUZ DA DOUTRINA E DA JURISPRUDÊNCIA – HERÁCLITO ANTÔNIO MOSSIN	129
1. ASPECTOS HISTÓRICOS DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO E SUA FINALIDADE	129
2. BASE NORMATIVA E ABRANGÊNCIA	131
2.1 Suspensão do processo e ação penal privada	133
2.2. Suspensão do processo nas justiças federal e militar	135
2.3. Suspensão do processo nos delitos de competência material do Tri- bunal do Júri	136
3. PROPOSTA, ACEITAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	138
4. SUSPENSÃO DE OFÍCIO E PROVOCAÇÃO	147
5. DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME E SUSPENSÃO DO PROCESSO	151
6. SUSPENSÃO DO PROCESSO, CONCURSO DE CRIMES E CRIME CONTINUADO	154
7. SUSPENSÃO DO PROCESSO, AGRAVANTES, ATENUANTES E CRIME TENTADO	156
8. REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO	157
8.1 Revogação obrigatória	158
8.2 Revogação facultativa	162
9. PRAZO DO <i>SURSIS</i> PROCESSUAL E SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL	164



10. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	165
11. RECURSOS	166
12. <i>HABEAS CORPUS</i>	170
12.1 Trancamento da ação penal	174
13. SUSPENSÃO DO PROCESSO NAS ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE	176
13.1 Incidência da suspensão condicional	177
13.2 Proposta, aceitação, homologação, revogação, prorrogação e extinção da punibilidade	178
BIBLIOGRAFIA	182
JÚRI: QUESTIONÁRIO E INCISO VI, DO ART. 386, DO CÓDIGO DE PROCES- SO PENAL – HERMÍNIO ALBERTO MARQUES PORTO	183
A CULPABILIDADE NO MOMENTO ATUAL – INEXIGIBILIDADE E QUESI- TAÇÃO NO JÚRI – CO-CULPABILIDADE DO ESTADO E DA SOCIEDADE – JOSÉ HENRIQUE PIERANGELI	187
FRANCISCO DE ASSIS TOLEDO – UM GRANDE PENALISTA – LICÍNIO BARBOSA	197
O INQUÉRITO POLICIAL E O TERMO CIRCUNSTANCIADO – Prof. LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	201
FRANCISCO DE ASSIS TOLEDO E O PROCESSO DE CANCELAMENTO DA SÚMULA 174 PELO STJ: ARMA DE BRINQUEDO NÃO AGRAVA O ROUBO – LUIZ FLÁVIO GOMES	205
CONDIÇÕES OBJETIVAS DE PUNIBILIDADE – DES. MARCELO FORTES BARBOSA	215
LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO E DROGAS – MARCO ANTONIO MARQUES DA SILVA	221
GARANTIAS CONSTITUCIONAIS	221
PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	224
APOLOGIA E INSTIGAÇÃO OU INCENTIVO AO CRIME	226
INSTIGAÇÃO E APOLOGIA AO USO DE ENTORPECENTES	230
CONDUTA REPROVÁVEL	231
CONDUTA	234
CONCLUSÃO	238
BIBLIOGRAFIA	239

DESAFIOS DA EXECUÇÃO PENAL É POSSÍVEL MINIMIZAR A PROBLE- MÁTICA PENITENCIÁRIA? – MAURÍCIO KUEHNE	241
O FIM DO PRESÍDIO MIRIM	242
DO OBJETO E DA APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL	244
NATUREZA DO CRIME DE DESVIO DE FINANCIAMENTO – MIGUEL REALE JÚNIOR	257
A) FIXAÇÃO DE CONCEITOS	257
I. crime formal e material	257
II. crime instantâneo, permanente, instantâneo de efeito permanente e o momento consumativo	259
B) ANÁLISE DO ART. 20 DA LEI N. 7.492/86	262
O DIREITO DE AMAR EM PAZ – PAULO JOSÉ DA COSTA JR.	267
GLOBALIZAÇÃO – INTERNET – PAULO OLIVER	271
I. A marca, direitos e registros	271
II. Ampliação de direitos	274
III. Crimes – cibercrimes/internet	276
IV. O mundo virtual e os domínios da marca	278
Conclusão	279
A CRIMINOLOGIA E OS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA – UM ENFOQUE SOBRE A SOCIEDADE COMO FATOR CRIMINOLÓGICO – PAULO ROBERTO DA SILVA PASSOS	283
O CRIME	283
A VISÃO CRIMINOLÓGICA DO DELITO	285
a) a Criminologia	285
NOSSA OPINIÃO	287
FATORES CRIMINOLÓGICOS	289
FATORES ENDÓGENOS E EXÓGENOS	289
OS FATORES ENDÓGENOS	290
OS FATORES EXÓGENOS	292
A SOCIEDADE COMO FATOR CRIMINÓGENO	292
ASPECTOS DO HOMICÍDIO	296
HOMICÍDIO E A INFLUÊNCIA SOCIAL	299
A SUBCULTURA	299
NOSSA OPINIÃO	301
A FALTA DE “SOCIALIZAÇÃO” E O DESVALOR DA VIDA HUMANA	304
A TÍTULO DE CONCLUSÃO	307
BIBLIOGRAFIA	309



CRIMINALIDADE VIOLENTA – ESTADO DE DIREITO – DEVIDO PROCESSO PENAL – RAIMUNDO PASCOAL BARBOSA	311
CRISTIANISMO E DIREITO PENAL: PROXIMIDADES E INFLUÊNCIAS – RENATO DE MELLO JORGE SILVEIRA	317
1. INTRODUÇÃO	317
2. A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NO ESTADO E NAS PENAS DO MUNDO PRIMITIVO	320
3. O CRISTIANISMO COMO REVOLUÇÃO SOCIAL	324
4. O PAPEL DA IGREJA NO CRISTIANISMO E NO DIREITO	327
5. O IMPACTO DO CRISTIANISMO NO DIREITO PENAL	329
6. AS VÁRIAS MODALIDADES DE SANÇÃO	331
7. A IDÉIA DE PERDÃO	333
8. INSTITUIÇÕES PENAIS	335
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	337
BIBLIOGRAFIA	339
PRISÃO ESPECIAL E SUA NOVA REGULAMENTAÇÃO – ROGÉRIO LAURIA TUCCI	343
1. Liberdade como regra e prisão provisória como exceção	343
2. Prisão provisória e suas diversificadas espécies	347
3. Natureza e hipóteses de prisão especial	351
4. Indispensabilidade de nova regulamentação	354
5. Considerações conclusivas	358
BIBLIOGRAFIA	360
O PARLAMENTO DIANTE DO BECO – RUBENS APPROBATO MACHADO	363
A DOGMÁTICA PENAL E O NOVO MILÊNIO: VARIAÇÕES E TENDÊNCIAS – SÉRGIO HABIB	367
1. PRIMEIRAS REFLEXÕES	367
2. A OBJETIVIDADE JURÍDICA DO DELITO	369
3. ORDEM OU DESORDEM DA CIÊNCIA PENAL?	371
3.1. Radicais abolicionistas	372
3.2. Radicais da repressão	374
3.3. Abolicionistas moderados (intermediários)	376
3.4. Alternativistas	377
3.5. Minimalistas e subsidiaristas	378
3.6. Retributivistas pós-modernos	379
4. CONCLUSÕES	379
BIBLIOGRAFIA	381



DOLO EVENTUAL E CULPA CONSCIENTE – SÉRGIO SALOMÃO

SHECAIRA	383
a) Introdução	383
b) Dolo eventual e culpa consciente	385
c) Da culpa consciente e do dolo eventual nos crimes de trânsito	389
BIBLIOGRAFIA	396

ANOTAÇÕES SOBRE A APELAÇÃO CRIMINAL: DAS SUAS ORIGENS À APELAÇÃO EM LIBERDADE – TALES CASTELO BRANCO

I. Origem da palavra apelação. Breves anotações históricas	399
1. Etimologia	399
2. A apelação em Roma	400
3. A influência da revolução francesa	401
4. A apelação nos tempos coloniais	402
5. A apelação na legislação imperial	402
6. A apelação na legislação republicana	403
II. A apelação no Código de Processo Penal	404
7. Característica da apelação	404
8. Limites da apelação. Sentenças definitivas condenatórias ou absolutórias. Decisões definitivas ou com força de definitivas. Decisões do Tribunal do Júri	404
9. O procedimento recursal da apelação	409
10. O efeito devolutivo da apelação. Reexame da sentença pelo tribunal <i>ad quem</i>	413
11. O efeito suspensivo da apelação. A presunção de inocência	415
III. A apelação em liberdade	416
12. Prisão em flagrante e prisão preventiva	416
13. A apelação em liberdade após a Constituição Federal de 1988	417
14. A apelação em liberdade nos “crimes hediondos e assemelhados”. O art. 594 do Código de Processo Penal e o art. 35 da Lei n. 6.368/76 ..	418
15. Conclusões sobre a possibilidade do réu apelar em liberdade	420

APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI PENAL NO CASO DE JUSTA-POSIÇÃO DE NORMAS – (Homenagem ao Ministro Francisco de Assis Toledo, penalista exímio, com excertos de arrazoado em caso concreto) – **EVANDRO LINS E SILVA**

LIGEIRO HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO QUE DEFINE OS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA	421
LIGEIRO HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO QUE DEFINE OS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA	421